



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

ATA DA SÉTIMA (7ª) SESSÃO **EXTRAORDINÁRIA**

Presidida pela Sra. Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares.

Aos 15 dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte e dois, realizou-se na Sala das Sessões "Vereador Santo Róttoli", da Câmara Municipal de Mogi Mirim, presidida pela Sra. Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena; secretariada pelo Sr. Vereador Luís Roberto Tavares, a Sétima Sessão Extraordinária do Segundo (2º) Ano da Décima Oitava (18ª) Legislatura da Câmara Municipal de Mogi Mirim, previamente programada e devidamente convocada nos termos do Edital de Convocação nº 07, de 2022. Logo após o término da Vigésima Sexta Sessão Ordinária, feita a primeira e única chamada nominal dos Srs. Vereadores pelo 1º Secretário, nos termos do disposto no Artigo 118, da Resolução nº 276, de 09 de novembro de 2010 (Regimento Interno vigente) e se constatando haver número legal para o início dos trabalhos, eis que se encontravam presentes os Srs. Vereadores: Ademir Souza Floretti Junior (01), Alexandre Cintra (02), Cinoê Duzo (03), Dirceu da Silva Paulino (04), Geraldo Vicente Bertanha (05), João Victor Coutinho Gasparini (06), Joelma Franco da Cunha (07), Lúcia Maria Ferreira Tenório (08), Luís Roberto Tavares (09), Luzia Cristina Cortes Nogueira (10), Mara Cristina Choquetta (11), Márcio Evandro Ribeiro (12), Marcos Antônio Franco (13), Marcos Paulo Cegatti (14), Orivaldo Aparecido Magalhães (15), Sônia Regina Rodrigues Módena (16) e Tiago César Costa (17), conforme, aliás, se vê das respectivas assinaturas apostas à Folha de Presença - Registro de Comparecimentos e Faltas dos Srs. Vereadores às Sessões da Câmara, anexa ao final da presente ata, a Sra. Presidente deu por iniciados os trabalhos da presente Sessão. Posto isto, conforme o disposto no Parágrafo Único do Artigo



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

106, da já citada Resolução, convidou o vereador Luís Roberto Tavares para que procedesse à leitura de um trecho da Bíblia. Cumprida dita providência, a Sra. Presidente passou imediatamente à parte reservada à **“ORDEM DO DIA”**, submetendo à apreciação da Casa o que segue: **EM SEGUNDO TURNO, “ex-vi” do disposto no inciso IV, do Artigo 172 do Regimento Interno.** 1. Projeto de Lei Complementar nº 12 de 2022, “dispondo sobre alteração de valor e classe salarial de empregos públicos que especifica, do Quadro de Pessoal da Administração Direta, e dando outras providências”. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha dizendo que estão chancelando um repasse do Governo Federal, reforçou que espera que o Prefeito cumpra, na íntegra, a Emenda Constitucional nº 120 de 2022, pois lá estão especificados os benefícios em contrapartida aos riscos da atividade. Fez uso da palavra o vereador Geraldo Vicente Bertanha dizendo que estão cumprindo a obrigação de homologar aquilo que o Governo Federal determinou. Chamou a atenção dos vereadores da base do Prefeito para dar melhores condições de trabalho a essa classe. Fez uso da palavra o vereador Tiago César Costa dizendo que recebeu diversas denúncias, sobre algumas UBSs, pelo fato de agentes comunitárias estarem fazendo, inclusive, serviços de atendimento do telefone, ou seja, fazendo serviços que não são da função. Destacou que fará um projeto em homenagem aos que perderam a vida trabalhando durante a pandemia, além de homenagear, também, todos os servidores que ainda continuam com o seu trabalho. Fez uso da palavra o vereador Cinoê Duzo fazendo críticas ao Governo do Paulo Silva, pois o Prefeito teve a chance de valorizar e reconhecer todos os servidores públicos da cidade, entretanto não o fez, ressaltou a necessidade de dar condições melhores de trabalho às agentes. Colocado a votos, em sessão de hoje, o Projeto de Lei Complementar nº 12 de 2022 foi aprovado por unanimidade. Finda a pauta constante da "Ordem do Dia", a Sra. Presidente passou, em seguida, à parte dos trabalhos reservada à **“EXPLICACÃO PESSOAL”**, conforme § 2º do Artigo 117



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

do Regimento Interno vigente, facultou a tribuna aos oradores regularmente inscritos. Fez uso da palavra o vereador Orivaldo Aparecido Magalhães dizendo que viu diversas acontecerem na Santa Casa de Mogi Mirim, desde nascimentos a falecimentos. Destacou que há uma má gestão daquele hospital, faltam planos para colocar a dívida e os trabalhos em ordem do local. Fez uso da palavra o vereador Tiago César Costa dizendo que nasceu na Santa Casa de Mogi Mirim e que sua avó faleceu naquele local. Destacou que mais de R\$ 4.000.000,00 são colocados no hospital depois da intervenção municipal, questionou como não tem dinheiro para comprar insumos? Criticou a ideia da criação de um Hospital Regional e o fato de a Vice-Prefeita ter sido “jogada” de lado durante a gestão. Fez uso da palavra o vereador Ademir Souza Floretti Junior relatando algumas indicações de melhorias, de sua autoria, em locais da cidade e expondo alguns problemas que já foram sanados. Fez uso da palavra o vereador Cinoê Duzo dizendo ter recebido muitas reclamações de mães de crianças autistas, pois faltam laudos, vagas e atendimentos especializados. Destacou que o município está atrasado sobre esse tema e que a cidade não tem acompanhado o crescente número de autistas na cidade. Fez uso da palavra o vereador João Victor Coutinho Gasparini destacando ações de combate ao racismo e ações afirmativas junto ao Jardim Planalto. Destacou o evento, ocorrido no último final de semana, em Mogi Mirim, do Orgulho LGBT, buscando valorizar e respeitar as diversidades. Reforçou que brigas entre Direita e Esquerda devem ser deixadas de lado em prol do avanço da sociedade. Finalizou dizendo que está conseguindo, junto à Fundação Lemann, ao Instituto Reúna e ao Consulado Britânico, materiais de língua inglesa para os alunos da rede municipal. Fez uso da palavra a vereadora Joelma Franco da Cunha dizendo que a Câmara recebeu, na noite de hoje, o Sr. Raimundo, que expôs a própria situação agravada pelo atraso de cirurgias eletivas. Salientou que, no último dia dos pais, houve duas mortes na cidade por suicídio, frisou a importância de um acompanhamento especializado



CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI MIRIM

Estado de São Paulo

para evitar essas situações. Destacou o projeto aprovado, nesta casa, que disponibiliza apoio psicológico remoto, porém ainda continua “engavetado”. Fez uso da palavra a vereadora Lúcia Maria Ferreira Tenório dizendo que a Santa Casa está na “UTI”, necessitando, urgente, de um acompanhamento de gestores para começar a solucionar os problemas que lá estão. Destacou a importância de um hospital público para a população, pois nem todos podem pagar por planos de saúde. Fez uso da palavra o vereador Luís Roberto Tavares apoiando o projeto da vereadora Joelma relacionado ao tele atendimento. Destacou que, quando o assunto é saúde, é procurado por munícipes e que os direciona para procurarem a administração, posteriormente, caso não seja resolvido, outras providências podem ser tomadas. Destacou que a saúde pública deve ser o foco de toda a administração. Nada mais a se tratar, a Sra. Presidente, Vereadora Sônia Regina Rodrigues Módena, agradeceu a presença de todos e, sob a proteção de Deus, deu por encerrados os trabalhos da presente Sessão às 22h10, determinando a lavratura da presente ata, a qual, depois de achada conforme, discutida e aprovada vai, a seguir, devidamente assinada.